TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO - ETPS

AQUISIÇÃO DE BENS

1. DADOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
SEI: 0024917-58.2024.6.05.8000
Unidade Demandante: ASSEGIN
Item do PLANCONT: 0001767-48.2024.6.05.8000

2. OBJETO

2.1. Natureza do objeto: Aquisição.

2.2. Descrição sucinta do objeto:

Aquisição de equipamentos de segurança como munições para uso dos Agentes da Polícia Judicial, conforme os modelos a serem especificados no Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

A aquisição de munição pelo Tribunal Regional Eleitoral fundamenta-se na necessidade de fortalecimento e aperfeiçoamento da Segurança Institucional, de acordo com as mais recentes diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e em consonância com as seguintes normas: Lei n° 10.826/2003, Resolução CNJ nº 467/2022, Resolução CNJ nº 435/2021, Resolução CNJ nº 344/2020.

As unidades de segurança dos Tribunais são responsáveis pela garantia da segurança institucional, de forma que a aquisição de equipamentos e acessórios são instrumentos indispensáveis para dar mais efetividade nas referidas demandas sob a responsabilidade dos Agentes da Polícia Judicial, como, por exemplo, a segurança de servidores e de autoridades ameaçadas que necessitem de segurança em determinados locais quando em atuação institucional, assim como na própria segurança patrimonial dos prédios desta justiça especializada;

A aquisição dos equipamentos e acessórios de proteção e segurança visa adequar à nova estrutura das unidades de segurança institucionais dos tribunais eleitorais, que, no TRE/BA passou a ser denominada de Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional (ASSEGIN), tornando-se assim imprescindível o uso de equipamentos e acessórios de proteção pelos Agentes da Polícia Judicial;

Diante da atual conjuntura da segurança institucional nos tribunais, faz-se necessário a

modernização do aparato existente por meio da aquisição de equipamentos e acessórios com tecnologias mais atualizadas e eficazes para a atuação dos Agentes da Polícia Judicial em ações preventivas de segurança, garantindo a preservação dos ativos da justiça eleitoral.

A aquisição das munições objetiva reforçar as ações e procedimentos de segurança adotados pelos Agentes da Polícia Judicial no âmbito dos tribunais eleitorais, na medida em que as pistolas e carabinas existentes no tribunal necessitam de munições para desempenhar o seu papel fim.

As munições serão de suma importância para a atuação dos Agentes da Polícia Judicial combinados com outras ferramentas que possibilitem o uso seletivo da força, nos casos em que os mesmos devam agir na contenção de ameaças iminentes, dando assim opções para que os agentes possam contê-las usando as forças de reação de forma proporcional e efetiva que venham a envolver magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores e jurisdicionados;

A Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 4/2014, regulamentou, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, os artigos 6º, inciso XI, e 7°-A, ambos da Lei n° 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei n° 12.694/2012, ou seja, o porte de arma de fogo no âmbito dos Tribunais do Poder Judiciário, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, em razão disso, faz-se necessário a aquisição de munição para o uso devido do armamento.

4. HISTÓRICO

( ) Não há histórico de contratações do mesmo objeto.
(x) Há histórico.

Indicar os números dos processos das contratações anteriores: nº 61808-20.2020.6.05.8000

5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

(x) Prestar serviço de qualidade ao público
(x) Fortalecer a relação institucional com a sociedade
( ) Fomentar a educação para a cidadania
( ) Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
(x) Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
( ) Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa
( ) Melhorar a comunicação administrativa
( ) Promover a sustentabilidade ambiental
( ) Aprimorar a gestão de pessoas

( ) Promover a melhoria contínua de governança e da gestão de TIC
( ) Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
(x) Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A demanda/consumo prevista de munição ficou determinada inicialmente de acordo com o quantitativo de armas a serem adquiridas e armas já existente no Tribunal, atrelada, ainda, ao valor previsto em Orçamento, após análise de risco diante de potencial ameaça por questões de natureza eleitoral.

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD
1	Munição de treinamento calibre .40	300
2	Munição operacional calibre .40	200
3	Munição de treinamento calibre 9x19mm	750
4	Munição operacional calibre 9x19mm	300
5	Munição de treinamento calibre .380	750
6	Munição operacional calibre .380	150

7. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

7.1. A aquisição envolve algum serviço acessório?

(X) Não
( ) Sim
Indicar qual:

7.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?

(x) Não
( ) Sim
Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) a justificativa se enquadra:
( ) Pelas características do bem, há necessidade de contratações frequentes.
( ) É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.
( ) É conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade,

ou a programas de governo
( ) Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.3. Há Ata de Registro de Preços (ARP) vigente para o mesmo objeto?
(x) Não
( ) Sim
Informe o nº da ARP e o termo final:

7.4. Verificou-se a existência de Intenção de Registro de Preços (IRP) divulgada ou de ARP vigente de outro órgão federal e, em sendo permita a participação ou adesão, se seria tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Tribunal?

(x) Não
( ) Sim
Informe o nº da IRP ou da ARP, e o órgão de origem, devendo anexar ao processo cópia do edital, do termo de referência e da Ata:

7.5. Além da garantia legal, será exigida garantia adicional?

( ) Não. Será exigida somente a garantia legal (prevista nos arts. 24 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, a qual independe de termo expresso).
(x) Sim.
Indicar qual:
(x) Garantia de fábrica, cuja vigência começa a partir da data do recebimento definitivo do bem, com o prazo e condições impostas pelo fabricante, normalmente estabelecida no "termo de garantia" que já vem com o produto. É complementar à legal.
( ) Garantia contratual, decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada por meio da celebração de contrato.
Justificar a necessidade de garantia contratual:

7.6. Haverá indicação de marca e/ou modelo?

(x) Não
( ) Sim
Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) do art. 41 da Lei nº 14.1333/2021 a necessidade se enquadra:
( ) Em decorrência da necessidade de padronização do objeto.
( ) Em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.
( ) Quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do Tribunal.

( ) Quando a descrição do objeto a ser contratado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servirem apenas como referência.
Justificar:

7.7. Será necessário apresentar prova ou amostra?

(x) Não
( ) Sim. Será necessário apresentar prova.

() Sim. Será necessário apresentar amostra.

Justificar a exigência de amostra:

7.8. Será necessário apresentar laudo ou certificação?

Há outros meios aptos à comprovação do cumprimento dos requisitos das normas técnicas que não seja a certificação, uma vez que o fornecedor não está obrigado a ser certificado?

( ) Sim
(x) Não
A exigência visa à aquisição de produtos que atendam às normas técnicas mínimas que garantam a qualidade, durabilidade, resistência, segurança, funcionalidade, sustentabilidade ambiental, a justificar suposta restrição?
( ) Sim
(x) Não
A exigência de certificação afastará um quantitativo considerável de licitantes conforme a realidade do mercado?

( ) Sim
(x) Não
Justificar a exigência:

7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?
( ) Não
(x) Sim
Indicar a legislação:
Lei n° 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento – art. 7º A, Decreto nº10.030/2019 – Aprova o Regulamento de Produtos Controlados, Instrução Normativa nº 201/2021 - DG/PF - Estabelece os procedimentos relativos ao Sistema Nacional de Armas e à aquisição, registro, posse, porte, cadastro e comercialização de armas de fogo e munições (inciso XV do § 1º do Art. 14), Resolução nº 344/2020 - CNJ - Poder de Polícia no âmbito do Poder

Judiciário; Resolução nº 435/2022 - CNJ - Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário; Resolução n° 467/2022 - CNJ - Regulamentação da aquisição, registro e do Porte de Arma de fogo; Resolução n° 23.648/2021 - TSE - Regulamenta o exercício do Poder de Polícia Administrativa;

7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para fornecimento do objeto?

(x) Não
( ) Sim. Será exigida comprovação de habilitação jurídica.
Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

7.11. Será exigida comprovação de capacidade técnica para fornecimento do objeto?

(x) Não
( ) Sim. Será exigida comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado.
Justificar:

7.12. Na especificação do objeto levou-se em consideração algum critério ou prática sustentável?

( ) Há previsão de critério ou prática sustentável.
Descrever os critérios adotados:
(x) Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade a ser aplicado ao objeto em questão.
Justificar a não adoção: não há paralelo conhecido em outros Tribunais Eleitorais

7.13. Análise da divisibilidade da solução e forma de adjudicação

(x) É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

( ) Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor.

Justificar o agrupamento em lotes:

7.14. Há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para recebimento da solução a ser contratada?

(x) Não
( ) Sim
Listar as providências necessárias:

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO NA LICITAÇÃO

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?
( ) Sim
(x)Não
Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?
(x) Sim
( )Não
É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?
(x) Sim
( )Não
Conclusão:
( ) Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

(x) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

(x) A unidade solicitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.
( ) Há outras soluções de mercado que atendem às necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

9.1. Descrever aqui as soluções encontradas:

Solução 1: Aquisição na modalidade licitatória pregão da munição necessária às atividades de segurança no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
Solução 2: Aderir a uma ata já existente em outro órgão federal com itens semelhantes, o que restou inviabilizada em virtude da não existência de atas em aberto no presente momento.

9.2. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais alternativas encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:

Por se tratar de aquisição de equipamentos necessários às atividades de segurança no tribunal Regional Eleitoral da Bahia, a forma mais efetiva para atender a demanda é a aquisição de tais bens, desse modo, não se vislumbra outra solução similar para o devido

comparativo de soluções, visto que no momento inexistem outras ARP´s para adesão.

10. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇO:

O referido valor foi estimado baseado no valor médio dos equipamentos à venda em sites da internet, tais como: Prime Guns - OP 9x19mm, Alfa Armeria OP 9x19mm, Lojas KClube OP 9x19mm, Prime Guns TREI 9x19mm, Alfa Armeria TREIN 9x19mm, Lojas KClub TREI 9x19mm, Pontal da Pesca OP .40, Loja Tatical OP .40, Armas Rio Preto OP .40, Mandacaru Armas TREI .40, Armas Rio Preto TREI .40, Prime Guns TREI .40, Lojas KClube OP .380, Prime Guns OP .380, Arma Store OP .380, Arma Store TREI .380, Lojas KClube TREI .380 e Shop das Armas TREI .380

ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO EM (R$)	VALOR TOTAL EM (R$)
1	Munição de treinamento calibre .40	300	7,20	2.160,00
2	Munição operacional calibre .40	200	20,00	4.000,00
3	Munição treinamento calibre 9x19mm	750	4,50	3.375,00
4	Munição operacional calibre 9x19mm	300	7,00	2.100,00
5	Munição treinamento calibre .380	750	6,50	4.875,00
6	Munição operacional calibre .380	150	13,00	1.950,00
				TOTAL: 18.460

11. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

( ) Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.
(x) Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
( ) Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

( ) Há necessidade celebração de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

12. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:

(x) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

( ) Inviável e desnecessária.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO
ANEXO I – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DA CONTRATAÇÃO

UNIDADE DEMANDANTE (GESTORA DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO):	ASSEGIN - Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional

1- CONTEXTO

Qual o bem/serviço que se pretende contratar?	DESCREVA AQUI O BEM OU SERVIÇO OBJETO DESTE ETP. (Descrição sucinta e clara. Ex: - Aquisição de Munições para os Agentes da Polícia Judicial

2 - IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO*

** **Evento de risco é QUALQUER SITUAÇÃO que, se ocorrer, poderá prejudicar o alcance do objetivo** da contratação.De outra forma, **TODO EVENTO que puder prejudicar o ÊXITO na contratação** (bem/serviço contratado na data certa, feito com o trâmite processual mais adequado e com o melhor custo-benefício) é um evento de risco.*

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS RISCO COMUNS*

** Eventos de Risco levantados e sugeridos pela COGELIC (lista exemplificativa). Ver Guia/Aba desta planilha: "EXEMPLOS DE RISCOS COMUNS".*

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Correta delimitação no ETP da qualificação necessária à execução do objeto, em face da legislação vigente e da realidade de mercado	Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Apontamentos pelos controles interno e externo	Revisão do ETP

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Correto conhecimento técnico sobre munições	Deficiência na fixação dos requisitos mínimos da contratação	ETP preliminar insatisfatório	Excesso de diligências durante a tramitação que atrasam a conclusão e a entrega final do processo: bem contratado	Realizar nova licitação

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS

2.2 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO PECULIARES À ESTA CONTRATAÇÃO

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Celeridade no trâmite do presente processo de aquisição de munições	Deficiência das técnicas a serem empregadas para a efetiva aquisição das munições	Desconhecimento do rito processual para a contratação	Devolução de orçamento não executado	Repetição da licitação

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Solicitação de autorização ao Exército Brasileiro. Aguardar prazo regular. Se não for dada formalmente a autorização, considera-se concedida a referida autorização.	Equipamento de uso restrito.	Necessidade de autorização para compra	Morosidade caso haja demora na autorização e demais etapas para aquisição.	Enviar novos pedidos de autorização e contar com a agilidade dos setores responsáveis pelo demais andamentos dos processos licitatórios.

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS

3- ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DOS EVENTOS

Considerando os controles existentes, para cada evento de risco listado no item 2, informe:

EVENTO DE RISCO (R1, R2, ETC.)	PROBABILIDADE* *DICA: a probabilidade de ocorrência de um evento de risco relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CAUSAS (ver item 2).	IMPACTO* *DICA: impacto da ocorrência de um evento de risco NOS OBJETIVOS da contratação relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CONSEQUÊNCIAS (ver item 2).	RISCO RESIDUAL (A SER TRATADO)	AÇÕES	RESPOSTA AO RISCO
R1 - Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	2	8	16	***Médio -TRATAR***	Mitigar
R2 - ETP preliminar insatisfatório	1	8	8	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	Aceitar
R3 - Desconhecimento do rito processual para a contratação	5	8	40	***Alto - TRATAR***	Mitigar
R4 -Necessidade de autorização para compra	5	8	40	***Alto - TRATAR***	Mitigar
R5 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R6 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R7 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R8 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R9 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R10 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	

4- TRATAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO

Considerando os controles existentes, para cada evento de risco listado no item 3, informe:

EVENTO	AÇÕES DE TRATAMENTO *(O que pode ser feito para que esse evento de risco não ocorra OU tenha seu impacto minimizado?)*	PRAZOS DAS AÇÕES (Quando serão realizadas as ações?)	COMUNICAÇÃO *1- Há necessidade de providências de outras unidades?* *2-Como irá se comunicar com essa unidade?* *3-Com qual frequência?*
R1	1. Reunião com a unidade usuária do serviço para alinhar os requisitos para a contratação 2. Analisar as características dos bens demandados pela Administração em cotejo com normas ABNT, se houver, regulamentos, leis etc	Até o final da fase de planejamento	1.Unidades responsáveis pela contratação do bem 2. Processo SEI e e-mail 3. Contínuo
R2	Treinamento técnico e operacional para manuseio e aquisição de armamento e munição	Antes da fase de planejamento	EFAS, Processo SEI; ASCOM, e-mail
R3	1. Treinamento sobre o planejamento das contratações; 2. Campanha de comunicação interna acerca da disponibilidade de modelos de artefatos do planejamento das contratações, normativos e manuais.	Contínuo	EFAS, Processo SEI; ASCOM, e-mail
R4	Solicitar com bastante antecedência o pedido de autorização do Exército	Antes da fase de planejamento	1. Não
R5			
R6			
R7			
R8			
R9			
R10			

COGELIC - SGA - TRE/BA